

Estudo Técnico Preliminar 18/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 65475.006186/2024-55

2. Descrição da necessidade

Da Base Administrativa do Complexo de Saúde do Rio de Janeiro

2.1. A Base Administrativa do Complexo de Saúde do Rio de Janeiro (B Adm Cmpl Sau RJ) criada em 1º de janeiro de 2020, pela Portaria n.º 2.001, de 13 de dezembro de 2019, com objetivo de conduzir as aquisições e contratações das Organizações Militares de Saúde (OMS) da guarnição do Rio de Janeiro, Niterói e Resende, de forma centralizada e com vistas à racionalização administrativa, harmonizando a situação contábil e patrimonial decorrente e contribuindo para atender objetivos estratégicos do Exército.

2.2. Destarte, a B Adm Cmpl Sau RJ, no cumprimento de sua missão síntese, permite que as OMS possam dedicar-se inteiramente as suas atividades fins, qual seja, o atendimento aos usuários do Sistema de Saúde do Exército Brasileiro.

2.3. Na estrutura organizacional do Exército Brasileiro a Base Administrativa do Complexo de Saúde do Rio de Janeiro é subordinada ao Comando da 1ª Região Militar, e no cumprimento de sua missão determinada pelo Comando do Exército possui a competência para instauração dos processos licitatórios concernentes as contratações e aquisições das OMS vinculadas.

2.4. Atualmente a B Adm Cmpl Sau RJ apoia administrativamente as seguintes Organizações Militares de Saúde:

- Hospital Central do Exército (HCE)
- Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGeRJ)
- Hospital Militar de Resende (HMR)
- Odontoclínica Central do Exército (OCEx)
- Policlínica Militar do Rio de Janeiro (PMRJ)
- Policlínica Militar de Niterói (PMN)
- Policlínica Militar da Praia Vermelha (PMPV)
- Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (LQFEx)
- Instituto de Biologia do Exército (IBEx)

2.5. Neste contexto, uma das missões da B Adm Cmpl Sau RJ é adquirir os equipamentos médicos-hospitalares, insumos ou atender quaisquer, outra demanda das Organizações Militares de Saúde supramencionadas.

Do Objeto da Contratação

2.6. A pretensa contratação tem por finalidade atender as demandas da Odontoclínica Central do Exército (OCEx) no que tange a **aquisição de materiais odontológicos de Prótese**, em regime de fornecimento contínuo, conforme tabela a seguir.

N	CATMAT	DESCRIÇÃO ITEM	UNID	QTD TOTAL
1	267003	PINO - USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL METÁLICO, TIPO INTRA-RADICULAR, APLICAÇÃO CONFECÇÃO COROAS PROVISÓRIAS, DIÂMETRO 1,0 MM, COMPRIMENTO 1,1 CM, COMPOSIÇÃO BÁSICA COBRE, ALUMÍNIO, MAGNÉSIO, FERRO, CHUMBO, CADMIO,., PADRÃO DE REFERÊNCIA METALPIN REF 400 ANGELUS OU SUPERIOR.	CARTELA 30 UND	30

2	270073	PINOS INTRARADICULARES ROSQUEADO KIT COM 120 UNIDADES E 2 ROSQUEADOS MANUAIS EM TITANIO, PADRÃO DE REFERÊNCIA: EURO-POST INJECTA OU SUPERIOR	KIT	1
3	286056	PINO - USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL FIBRA DE VIDRO, TIPO INTRA-RADICULAR, APLICAÇÃO NÚCLEO INTRA- RADICULAR, DIÂMETRO 1,3 MM. COMPONENTES: 5 PINOS DC 1,0 E BROCA DC PADRÃO DE REFERÊNCIA REFORPOST ANGELUS OU SUPERIOR.	KIT	1
4	286057	PINO - USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL FIBRA DE VIDRO, TIPO INTRA-RADICULAR, APLICAÇÃO NÚCLEO INTRA- RADICULAR, DIÂMETRO 1,1 MM. COMPONENTES: 5 PINOS DC 1,0 E BROCA DC PADRÃO DE REFERÊNCIA REFORPOST ANGELUS OU SUPERIOR.	KIT	1
5	287541	Pinos paralelos com ápice cônico em fibra de vidro radiopaco para reforço corono-radicular e apoio de coroas contendo 5 pinos com 1.1mm de diâmetro. padrão de referência: reforpost 7219 ou superior	KIT	1
6	350350	PRIMER, COMPONENTE BÁSICO SOLUÇÃO AQUOSA, FINALIDADE LIMPEZA, TEMPO DE REAÇÃO DE 60 SEGUNDOS. PRAZO VALIDADE 12 MESES. PADRÃO DE REFERÊNCIA MONOBOND - N - IVOCLAR OU SUPERIOR.	FRS C/5 GR	1
7	377378	PINO - USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL POLICARBONATO, TIPO INTRA-RADICULAR, APLICAÇÃO MOLDAGEM INTRA RADICULAR, COR VERMELHA, COMPRIMENTO 22 MM. PADRÃO DE REFERÊNCIA PINGET ANGELUS OU SUPERIOR.	PCT C/ 50	1
8	385439	PINO - USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL FIBRA DE VIDRO, TIPO INTRA-RADICULAR, APLICAÇÃO NÚCLEO INTRA- RADICULAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DUPLA CONICIDADE E RADIOPACO, DIÂMETRO 1 MM, COMPONENTES 5 PINOS DC 1,0 E BROCA DC. PADRÃO DE REFERÊNCIA REFORPOST ANGELUS OU SUPERIOR.	KIT	374
		PINO DE FIBRA DE VIDRO COM DUPLA CONICIDADE, POIS PERMITE MELHOR ADAPTAÇÃO À ANATOMIA DOS CANAIS, TRANSLÚCIDO, POIS A TRANSLUCIDEZ PERMITE MELHOR		

9	385440	TRANSMISSÃO DA LUZ E ASSIM MELHOR POLIMERIZAÇÃO DA RESINA E DO CIMENTO RESINOSO, RADIOPACO, POIS PERMITE MELHORES CONFERÊNCIA E CONTROLE RADIOGRÁFICOS, COMPOSTO POR FIBRA DE VIDRO, RESINA EPÓXICA, CARGA INORGÂNICA DE SILANO PARA REFORÇO CORONORRADICULAR E APOIO DE COROAS, KIT COMPLETO COM 25 PINOS (DC 0,5, DC1, DC2, DC3 E DC2E) E BROCAS RESPECTIVAS, PADRÃO DE REFERÊNCIA: WHITEPOST FGM OU SUPERIOR.	CONJ	1
10	391629	SILANO - AGENTE DE UNIÃO PRÉ-ATIVADO À BASE DE ETANOL, APRESENTAÇÃO 5 ML, FRASCO ÚNICO. PADRÃO DE REFERÊNCIA ANGELUS OU SUPERIOR.	UNIDADE	1
11	391641	ADESIVO PARA MOLDEIRAS, USO:UNIVERSAL, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO COMPONENTES:MONOCOMPONENTE. PADRÃO DE REFERÊNCIA ZHERMACK OU SUPERIOR.	FRS C/10	15
12	391948	CONDICIONADOR DE PORCELANA ÁCIDO FLUORÍDRICO DE PORCELANA 9% DE 1,2ML, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES - PADRÃO DE REFERÊNCIA: ULTRADENT OU SUPERIOR	PCT C/2	40
13	391948	CONDICIONADOR DE PORCELANA, CONCENTRAÇÃO: 10%, ASPECTO FÍSICO: GEL, TIPO: ÁCIDO FLUORÍDRICO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: GEL À BASE DE ÁCIDO FLUORÍDRICO, ÁGUA, ESPESSANTE E CORANTE NA CONCENTRAÇÃO DE 10% PARA CONDICIONAMENTO ÁCIDO DE RESTAURAÇÕES DE PORCELANAS E RESINAS INDIRETAS (ESSENCIAL PARA O PREPARO DESTAS PEÇAS OBJETIVANDO TER UMA CIMENTAÇÃO ADESIVA). EMBALAGEM CONTENDO 01 SERINGA DE 2,5ML, ÁCIDO FLUORÍDRICO A 10%, ÁGUA, ESPESSANTE E CORANTE.	SERINGA 2,50ML	306
14	404556	CIMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO: RESINOSO, ATIVAÇÃO: DUAL, ASPECTO FÍSICO: BASE + CATALISADOR, APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CIMENTO RESINOSO DUAL EM CLICKER COM 4,5 G, PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCÔNIA SÍLICA COM 67,5% EM PESO E TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS DE 1,5 MM, COR A3. PADRÃO DE REFERÊNCIA RELY X ARC 3M OU SUPERIOR	UNIDADE	50

15	404557	CIMENTO RESINOSO AUTOPOLIMERIZÁVEL COM FOTOPOLIMERIZAÇÃO OPCIONAL. INDICADO PARA CIMENTAÇÃO ADESIVA DE RESTAURAÇÕES INDIRETAS FEITAS DE: METAL, METALOCERÂMICA, CERÂMICA LIVRE DE METAL E RESINAS COMPOSTAS. KIT COM 6G NA COR TRANSPARENTE + 3G DE PRIMER A + 3G DE PRIMER B + 5G DE MONOBOND N. PADRÃO DE REFERÊNCIA: AUTO MULTILINK N SYSTEM PACK - IVOCLAR VIVADENT OU SUPERIOR.	KIT	1
16	404558	CIMENTO RESINOSO ADESIVO. CARACTERÍSTICAS: NÃO CONTÉM A AMINA TERCIÁRIA. RADIOPACO. POLIMERIZAÇÃO DUAL. COMPOSIÇÃO: KIT COM 1 PASTA CLEAR DE 4ML + 1 PASTA UNIVERSAL A2 DE 4ML + 1 TRY-IN CLEAR DE 8ML + 1 TRY-IN UNIVERSAL A2 8ML + 1 TOOTH PRIMER 2ML + 15 PONTAS MISTURADORAS + 1 CASULO. LIBERAÇÃO DE FLÚOR PARA CERÂMICAS. PADRÃO DE REFERÊNCIA: CIMENTO RESINOSO PANÁVIA V5 DUAL OU SUPERIOR.	UNIDADE	1
17	404768	SILANO - AGENTE DE ADESÃO, COMPONENTE SILANO PRIMER + SILANO ATIVADOR, APRESENTAÇÃO 5 ML + 5 ML. PADRÃO DE REFERÊNCIA DENTSPLY OU SUPERIOR.	KIT	212
18	406615	FIO RETRATOR GENGIVAL, MATERIAL ALGODÃO TORCIDO, TIPO NÃO IMPREGNADO, ESPESSURA MÉDIO, APRESENTAÇÃO EMBALAGEM C/ CERCA DE 2 M, TIPO USO ESTÉRIL/ DESCARTÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: TAMANHO 1. PADRÃO DE REFERÊNCIA ULTRAPAK ULTRADENT, ROEKO STAY PUT OU SUPERIOR.	UNIDADE	14
19	406615	Fio retrator gengival não impregnado tamanho 00, 100% algodão, não trançado, formato em elos que permitam maior adaptação, facilitando inserção (não tem memória) no sulco gengival, permitindo maior absorção de líquidos pelo fio, afastamento obtido em 1 a 2 minutos, acondicionado em embalagem plástica com 244 centímetros de fio. padrão de referência: ultrapak ou roeko stay put ou superior	Und	32
20	406616	FIO RETRATOR GENGIVAL, MATERIAL ALGODÃO TORCIDO, TIPO NÃO IMPREGNADO, ESPESSURA FINO, APRESENTAÇÃO	UNIDADE	18

		EMBALAGEM C/ CERCA DE 2 M, TIPO USO ESTÉRIL/ DESCARTÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: TAMANHO 0. PADRÃO DE REFERÊNCIA ULTRAPAK ULTRADENT, ROEKO STAY PUT OU SUPERIOR.		
21	406616	FIO RETRATOR GENGIVAL, MATERIAL ALGODÃO TORCIDO, TIPO NÃO IMPREGNADO, ESPESSURA ULTRA FINO, APRESENTAÇÃO EMBALAGEM C/ CERCA DE 2 M, TIPO USO ESTÉRIL/ DESCARTÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: TAMANHO 000. PADRÃO DE REFERÊNCIA ULTRAPAK ULTRADENT, ROEKO STAY PUT OU SUPERIOR.	UNIDADE	36
22	417721	POLIDORES DE SILICONE IMPREGNADOS COM CARBETO DE SÍLCIO, E POLIDOR DIAMANTADO PARA BRILHO COM GLAZE. KIT COM 7 UNIDADES, 2 PONTAS CINZAS ESCURAS, 2 PONTAS ROSAS MÉDIAS, 2 PONTAS CINZAS CLARAS, E 1 RODA CINZA. PADRÃO DE REFERÊNCIA: POLIDOR EVE ECOCERAM PLUS OU SUPERIOR.	KIT	54
23	418158	PONTA PARA SERINGA MATERIAIS VISCOSOS, TIPO: REFIL, COMPONENTES: C, ÊMBOLO, TIPO USO: DESCARTÁVEL. PONTAS. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: AUTO-MISTURADORAS PARA RESINA BISACRÍLICA.	PCT 20 UND	10
24	422645	PONTA PARA SERINGA MATERIAIS VISCOSOS, TIPO: PONTEIRA UNIVERSAL PARA SILICONE, TIPO USO: DESCARTÁVEL, MATERIAL: POLIURETANO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PONTAS MISTURADORAS E INTRA-ORAIS DE MATERIAL DE MOLDAGEM A BASE DE SILICONA DE ADIÇÃO PARA SER UTILIZADO NO DISPENSER, EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. ATENÇÃO: PISTOLA DEVE SER COMPATÍVEL COM O MATERIAL DE MOLDAGEM DE ADIÇÃO FLUIDA	PCT C/ 10	20
25	423448	APLICADOR ODONTOLÓGICO, TIPO USO: PISTOLA APLICADORA, APLICAÇÃO: SILICONE DE ADIÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MODELO UNIVERSAL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PISTOLA APLICADORA UNIVERSAL COM PONTAS MISTURADORAS E INTRA-ORAIS, PARA SILICONA DE ADIÇÃO. ATENÇÃO: PISTOLA DEVE SER	UNIDADE	10

		COMPATÍVEL COM O MATERIAL DE MOLDAGEM DE ADIÇÃO FLUIDA.		
26	427216	REEMBASADOR INTERMEDIÁRIO MACIO POR ATÉ 12 MESES, KIT, 80G DE PÓ, POLIETIL METACRILATO PIGMENTADO, PIGMENTOS DE CÁDMIO, PIGMENTO ROSA, 110ML DE LÍQUIDO, ÁLCOOL ETÍLICO, PLASTIFICANTE, 10ML DE ADESIVO, ACESSÓRIOS (DOSADORES DE PÓ E LÍQUIDO, BICO SPRAY PARA ADESIVO), PADRÃO DE REFERÊNCIA: TRUSOFT OU SUPERIOR.	CONJUNTO	3
27	427216	REEMBASADOR RÍGIDO DE DENTADURA A FRIO KIT PO 80 G, LIQ 50ML, COM RESINA HARDENER, SEM ODOR, KIT COM 15ML DE ADESIVO, POTE DAPEN DE SILICONE E ACESSÓRIOS, PADRÃO DE REFERÊNCIA: REBASE 2 TOKUYMA OU SUPERIOR	CONJUNTO	12
28	427277	ACESSÓRIOS - USO ODONTOLÓGICO, APLICAÇÃO:P/ ALGINATO, TIPO:DOSADOR P/ PÓ E ÁGUA, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO USO:REUTILIZÁVEL. CONJUNTO. PADRÃO DE REFERÊNCIA DENTSPLY OU SUPERIOR.	CONJUNTO	48
29	427889	ADESIVO PARA CONDICIONAMENTO DO METAL. UTILIZADO PARA FIXAR A CAPACIDADE ADESIVA DAS RESINAS E DE ÉSTER ACRÍLICO PARA OURO, TITÂNIO, CONSERTOS DE PORCELANA FRATURADA NA CAVIDADE BUCAL, APLICAÇÃO EM PEÇAS DE ZIRCÔNIA ANTES DA CIMENTAÇÃO E OUTRAS LIGAS DENTAIS. FRASCO DE 5 ML. PADRÃO DE REFERÊNCIA: ALLOY PRIMER KURARAY OU SUPERIOR.	FRS C/5ML	6
30	428415	Gesso pedra tipo III, cor amarela, de uso odontológico, acondicionado em pacote de 1 Kg	Pacote de 1kg	308
31	428416	GESSO - USO ODONTOLÓGICO, TIPO COMUM TIPO II. PADRÃO DE REFERÊNCIA ASFER OU SUPERIOR.	QUILO	24
32	428417	Gesso pedra especial tipo IV, cor marrom, para confecção de troquéis, acondicionado em "Pote" com 5 Kg. Tempo de trabalho entre 7 e 10 min. Padrão de qualidade do Durone-Dentsply, similar, equivalente ou superior	Pote de 5kg	100

33	428490	ALGINATO ESCANEÁVEL DE ALTO DESEMPENHO COM 5 MICRONS DE REPRODUÇÃO DE DETALHES E 5 DIAS DE ESTABILIDADE DIMENSIONAL. APRESENTA ALTA ELASTICIDADE E ALTA RESISTÊNCIA AO RASGO. PODE SER ESCANEADO SEM A NECESSIDADE DE PÓS OPACIFICANTES. PADRÃO DE REFERÊNCIA HYDROGUM 5.	PCT 453G	504
34	428717	PASTA MOLDAGEM, MATERIAL BÁSICO: SILICONE DE CONDENSAÇÃO, TIPO: DENSO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: MATERIAL DE MOLDAGEM, POLIDIMETILSILOXANO, ELASTOMERO DE SILICONE TIPO CONDENSAÇÃO DE ALTA VISCOSIDADE, POTE DE 1 KG, EXCLUSIVA TECNOLOGIA DCP, ESTABILIDADE COMPROVADA POR 7 DIAS. ATENÇÃO: BASE PESADA (POTE 1KG), BASE LEVE (BISNAGA 120ML) E CATALISADOR (BISNAGA 60ML) DEVEM SER DA MESMA MARCA	CAIXA	1
35	428717	Material de moldagem, polidimetilsiloxano, elastomero de silicone tipo condensação de alta viscosidade, pote de 1,365 kg. padrão de referência: speedex ou superior. Observação: base pesada e base leve devem ser da mesma marca.	CAIXA	1
36	428718	MATERIAL DE MOLDAGEM, POLIDIMETILSILOXANO, ELASTOMERO DE SILICONE TIPO CONDENSAÇÃO DE BAIXA VISCOSIDADE FLUIDO, BISNAGA 120ML. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EXCLUSIVA TECNOLOGIA DCP, ESTABILIDADE COMPROVADA POR 7 DIAS. PADRÃO DE REFERÊNCIA: SPEEDEX COLTENE OU SUPERIOR ATENÇÃO: BASE PESADA (POTE 1KG), BASE LEVE (BISNAGA 120ML) E CATALISADOR (BISNAGA 60ML) DEVEM SER DA MESMA MARCA	CAIXA	1
37	428718	PASTA MOLDAGEM, MATERIAL BÁSICO: SILICONE DE CONDENSAÇÃO, TIPO: DENSO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: MATERIAL DE MOLDAGEM, POLIDIMETILSILOXANO, ELASTOMERO DE SILICONE TIPO CONDENSAÇÃO DE BAIXA VISCOSIDADE FLUIDO, BISNAGA 120G. ATENÇÃO: BASE PESADA (POTE 1KG), BASE LEVE (BISNAGA 120 G) E CATALISADOR (BISNAGA 60,00G) DEVEM SER DA MESMA MARCA - SPEEDEX VIGODENT OU SUPERIOR.	UNIDADE	1

38	428719	Material de moldagem, polidimetilsiloxano, elastomero de silicone tipo condensação, bisnaga catalizadora com 60g. padrão de referência: speedex ou superior. Observação: base pesada e base leve devem ser da mesma marca.	CAIXA	1
39	428719	MATERIAL DE MOLDAGEM, POLIDIMETILSILOXANO, ELASTOMERO DE SILICONE TIPO CONDENSAÇÃO, BISNAGA CATALIZADORA COM 60ML, DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: EXCLUSIVA TECNOLOGIA DCP, ESTABILIDADE COMPROVADA POR 7 DIAS. PADRÃO DE REFERÊNCIA: SPEEDEX COLTENE OU SUPERIOR ATENÇÃO: BASE PESADA (POTE 1KG), BASE LEVE (BISNAGA 120ML) E CATALISADOR (BISNAGA 60ML) DEVEM SER DA MESMA MARCA	CAIXA	1
40	428719	PASTA MOLDAGEM, MATERIAL BÁSICO: SILICONE DE CONDENSAÇÃO, TIPO: CATALISADOR. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: MATERIAL DE MOLDAGEM À BASE DE POLIVINILSILOXANO (SILICONE VULCANIZÁVEL POR ADIÇÃO) PARA PRODUÇÃO DE MÁSCARAS GENGIVAIIS REMOVÍVEIS DE ALTA PRECISÃO, ELÁSTICO, APRESENTAÇÃO: 2 CARTUCHOS COM 50ML, 10ML DE SEPARADOR E 12 PONTAS DE APLICAÇÃO - SPEEDEX VIGODENT OU SUPERIOR	UNIDADE	1
41	428721	PASTA MOLDAGEM, MATERIAL BÁSICO: POLIÉTER, TIPO: BASE + CATALISADOR, APRESENTAÇÃO :CONJUNTO COMPLETO. PADRÃO DE REFERÊNCIA IMPREGUM 3M ESPE OU SUPERIOR.	UNIDADE	5
42	428739	MATERIAL DE MOLDAGEM À BASE DE POLIVINILSILOXANO (SILICONE VULCANIZÁVEL POR ADIÇÃO) PARA PRODUÇÃO DE MÁSCARAS GENGIVAIIS REMOVÍVEIS DE ALTA PRECISÃO, ELÁSTICO, APRESENTAÇÃO: 2 CARTUCHOS COM 50ML, 10ML DE SEPARADOR E 12 PONTAS DE APLICAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: 40 SHORE A. PADRÃO DE REFERÊNCIA: GINGIFAST ZHERMACK OU SUPERIOR	CONJ	1
43	428739	PASTA MOLDAGEM, MATERIAL BÁSICO: SILICONE DE ADIÇÃO, TIPO: FLUIDA, BASE + CATALISADOR. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: MATERIAL DE MOLDAGEM À BASE DE POLIVINILSILOXANO PARA REGISTRO OCLUSAL, APRESENTAÇÃO: 2 CARTUCHOS COM 50 ML CADA, 12 PONTAS MISTURADORAS.	CAIXA	1

44	428739	PASTA MOLDAGEM, MATERIAL BÁSICO: SILICONE DE ADIÇÃO, TIPO: FLUIDA, BASE + CATALISADOR. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: MATERIAL DE MOLDAGEM À BASE DE SILICONE POR ADIÇÃO, KIT, COMPOSIÇÃO VINIL POLISILOXANO: 2 PASTAS DENSE COM 262ML; 1 PASTA FLUIDA 50ML, 6 PONTEIRAS MISTURADORAS MAIS 6 PONTAS INTRAORAIS E 2 COLHERES. - SILAGUM DMG OU SUPERIOR	UNIDADE	1
45	428739	REEMBASADOR MACIO A BASE DE SILICONE, KIT NO CARTUCHO PARA APLICAÇÃO PRÁTICA RÁPIDA E SEM BOLHAS DE AR, APRESENTAÇÃO CARTUCHO DE 50ML, 1 FRASCO DE 6,5ML DE ADESIVO, PONTAS MISTURADORAS E 10 PINCÉIS, PADRÃO DE REFERÊNCIA: DENTUSIL OU SUPERIOR	CONJUNTO	62
46	428739	MATERIAL DE MOLDAGEM: SILICONE DE ADIÇÃO, PASTA DENSE. KIT COM 1 SILICONE DE ADIÇÃO PASTA DENSE SOFT BASE 250 ML (440G) + 1 CATALISADORA 250 ML (420G) + 2 COLHERES. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PASTA DENSE E PASTA FLUIDA PRECISAM SER DA MESMA MARCA. COMPOSIÇÃO: PASTA BASE- VINIL POLIDIMETILSILOXANE, SÍLICA TRATADA COM SILÍCIO, POLIETILENOGLICOL, SILOXANO. PASTA CATALIZADORA- VINIL POLIDIMETILSILOXANO, CRISTOBALITA, SÍLICA TRATADA COM SILÍCIO, POLIDIMETILSILOXANO, C.I. PIGMENTO AZUL. PADRÃO DE REFERÊNCIA EXPRESS XT 3M.	KIT	124
47	428739	MATERIAL DE MOLDAGEM: SILICONE DE ADIÇÃO, PASTA FLUIDA DE MÉDIA VISCOSIDADE. EMBALAGEM COM 2 PASTAS FLUIDAS DE 50 ML CADA + 10 PONTAS MISTURADORAS. APRESENTA CARBOSILANO EM SUA COMPOSIÇÃO, TORNANDO O MATERIAL MAIS RESISTENTE AO RASGAMENTO E MAIS HIDROFÍLICO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PASTA DENSE E PASTA FLUIDA PRECISAM SER DA MESMA MARCA. PADRÃO DE REFERÊNCIA EXPRESS XT 3M.	KIT	124
48	428740	PASTA MOLDAGEM, MATERIAL BÁSICO: ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL, TIPO: BASE + CATALISADOR, APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: PASTA ZINQUENOLICA (ÓXIDO DE ZINCO, BREU, ÓLEO DE MAMONA)	UNIDADE	50

		KIT COM 01 BISNAGA ÓXIDO DE ZINCO 120G + 1 BISNAGA PASTA DE EUGENOL 60G.		
49	432767	CIMENTO RESINOSO FOTOPOLIMERIZÁVEL, SISTEMA DE CIMENTAÇÃO ADESIVA DE COR ESTÁVEL PARA A CIMENTAÇÃO PERMANENTE DE RESTAURAÇÕES CERÂMICAS E EM RESINA COMPOSTA. KIT COM 3 UNIDADES COM 2G DE CADA, NAS CORES: LIGHT, NEUTRAL E WARM + 3 UNIDADES TRY-IN COM 1,7G CADA, NAS CORES: LIGHT, NEUTRAL E WARM + N- ETCH 2G + TETRIC N-BOND UNIVERSAL 6G + MONOBOND-N 5G + LIQUID STRIP 2,5G + ACESSÓRIOS. PADRÃO DE REFERÊNCIA: VARIOLINK ESTHETIC LC OU SUPERIOR.	KIT	4
50	438043	CIMENTO ODONTOLÓGICO AUTOADESIVO INDICADO PARA CIMENTAÇÃO PERMANENTE EM ÁREAS DE DIFÍCIL RETENÇÃO PARA TODOS OS TIPOS DE RESTAURAÇÕES CERÂMICAS E METÁLICAS, ASSIM COMO PARA CIMENTAÇÃO DE PINOS INTRA-RADICULARES, CONTÉM PRIMER COM ACELERADORES DE POLIMERIZAÇÃO E OXYGUARD QUE PRODUZ O BLOQUEIO DE OXIGÊNIO E ASSEGURA A CORRETA POLIMERIZAÇÃO DO CIMENTO, LIBERAÇÃO CONTÍNUA DE FLÚOR, POSSUI 10-MDP EM SUA FORMULAÇÃO QUE PROPORCIONA MAIOR ADESÃO À ESTRUTURA DENTÁRIA, ALÉM DE UNIÃO QUÍMICA EM METAL E ZIRCÔNIA, NÃO HÁ A NECESSIDADE DE CONDICIONAMENTO ÁCIDO PROPORCIONANDO MENOR RISCO DE SENSIBILIDADE EM DENTES VITALIZADOS, CARACTERÍSTICAS: MENOR TEMPO DE APLICAÇÃO DO ED PRIMER - APENAS 30 SEGUNDOS, POLIMERIZAÇÃO QUÍMICA OU POR QUALQUER FOTOPOLIMERIZADOR (DUAL AUTOCONDICIONANTE), INCLUSIVE LUZ HALÓGENA OU LED, ITENS INCLUSOS: KIT COM 1ML DE ED PRIMER A + 1ML DE ED PRIMER B + 1ML DE PASTA A + 1ML DE PASTA B + ESPÁTULA PARA MISTURA + BLOCO PARA ESPATULAÇÃO, PADRÃO DE REFERÊNCIA: PANAVIA F 2,0 HALF LIGHT – KURARAY OU SUPERIOR.	CONJ	6

51	438043	CIMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO: RESINOSO AUTOADESIVO, AUTOCONDICIONANTE, ATIVAÇÃO: DUAL, COMPOSIÇÃO: COM FLÚOR, ASPECTO FÍSICO: BASE + CATALISADOR, APRESENTAÇÃO: EM SERINGAS, CONJUNTO COM PONTAS MISTURADORAS. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CIMENTO RESINOSO UNIVERSAL AUTO-ADESIVO, DUAL EM CLICKER COM 11G, COM 70% DE CARGA EM PESO E TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS 12,5 UM, COR A2. PADRÃO DE REFERÊNCIA RELYX U 200 3 M OU SUPERIOR	UNIDADE	483
52	438043	CIMENTO RESINOSO DE POLIMERIZAÇÃO DUAL, AUTOADESIVO, INDICADO PARA CIMENTAÇÕES INDIRETAS, INCLUINDO RESTAURAÇÕES CERÂMICAS OU À BASE DE COMPÓSITOS COM OU SEM INFRAESTRUTURA METÁLICA, INLAYS, ONLAYS, COROAS, PRÓTESES FIXAS E PINOS. EMBALAGEM CONTENDO 2 SERINGAS DE 4,5G E 20 PONTAS APLICADORAS DE AUTOMISTURA. COMPOSTO DE METACRILATO; TRIETILENOGLICOL DIMETACRILATO; TRIMETACRILATO DE TRIMETILOLPROPANO; ÁCIDO ACRÍLICO; PENTA FOSFATO; PERÓXIDO DE CUMENO; BENZOFENONA; BHT – HIDROXITOLUENO BUTILADO; ÓXIDO DE ALUMÍNIO; SÍLICA, HIDRÓFOTO COLOIDAL; HIDROXI-METACRILATO; UREIA; CANFOROQUINONA; AMINA; ÓXIDO DE FOSFINA; ÓXIDO DE FERRO AMARELO; ÓXIDO DE FERRO VERMELHO; ÓXIDO DE FERRO PRETO; DIÓXIDO DE TITÂNIO. COR DE REFERÊNCIA MEDIUM. PADRÃO DE REFERÊNCIA: CALIBRA UNIVERSAL DENTSPLY SIRONA OU SUPERIOR.	KIT	5
53	438043	CIMENTO RESINOSO DE POLIMERIZAÇÃO DUAL, AUTOADESIVO, INDICADO PARA CIMENTAÇÕES INDIRETAS, INCLUINDO RESTAURAÇÕES CERÂMICAS OU À BASE DE COMPÓSITOS COM OU SEM INFRAESTRUTURA METÁLICA, INLAYS, ONLAYS, COROAS, PRÓTESES FIXAS E PINOS. EMBALAGEM CONTENDO 2 SERINGAS DE 4,5G E 20 PONTAS APLICADORAS DE AUTOMISTURA. COMPOSTO DE METACRILATO; TRIETILENOGLICOL DIMETACRILATO; TRIMETACRILATO DE TRIMETILOLPROPANO; ÁCIDO ACRÍLICO; PENTA FOSFATO; PERÓXIDO DE CUMENO;	KIT	103

		BENZOFEENONA; BHT – HIDROXITOLUENO BUTILADO; ÓXIDO DE ALUMÍNIO; SÍLICA, HIDRÓFOTO COLOIDAL; HIDROXI-METACRILATO; UREIA; CANFOROQINONA; AMINA; ÓXIDO DE FOSFENA; ÓXIDO DE FERRO AMARELO; ÓXIDO DE FERRO VERMELHO; ÓXIDO DE FERRO PRETO; DIÓXIDO DE TITÂNIO. COR DE REFERÊMCIA OPAQUE. PADRÃO DE REFERÊNCIA: CALIBRA UNIVERSAL DENTSPLY SIRONA OU SUPERIOR.		
54	442474	APLICADOR ODONTOLÓGICO, TIPO USO: TIPO SERINGA, APLICAÇÃO: INJETOR, MATERIAL: PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA SILICONE E ELASTÔMERO, COMPONENTES: 2 BICOS, ESCOVA DE LIMPEZA, TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: INJETOR PARA ELASTÔMERO (SERINGA PLÁSTICA COM 2 DUAS PONTAS E UMA ESCOVA)	CONJUNTO	18
55	456550	PINO - USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL FIBRA DE VIDRO, TIPO INTRA-RADICULAR, APLICAÇÃO NÚCLEO INTRA- RADICULAR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DUPLA CONICIDADE E RADIOPACO, DIÂMETRO 0,5 MM, COMPONENTES 5 PINOS DC 0,5 E BROCA DC. PADRÃO DE REFERÊNCIA REFORPOST ANGELUS OU SUPERIOR.	KIT	840
56	456550	PINOS ACESSÓRIOS EM FIBRA DE VIDRO RADIOPACO PARA REFORÇO CORONO-RADICULAR CONTENDO 10 UNIDADES, PADRÃO DE REFERÊNCIA: REFORPIN ANGELUS OU SUPERIOR	UNIDADE	10

2.7. Outrossim, a pretensa contratação irá atender o calendário anual de aquisição de materiais odontológicos de Prótese da OCEX.

2.8. Além disso, as quantidades têm fundamentação em criterioso levantamento do almoxarifado da OCEX.

2.9. Ademais, os itens seguem o catálogo de padronização do Executivo Federal.

Do Fornecimento Contínuo

2.10. De acordo com o Art. 40, III, da Lei nº 14.133/2021, é permitida a contratação em regime de fornecimento contínuo desde que observada a expectativa de consumo anual, bem como, a determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas.

2.11. Sendo assim, torna-se mais vantajoso para Administração Pública que o fornecimento de bens seja enquadrado como continuado, tendo em vista a necessidade contínua de reposição e atualização dos materiais ser essencial para o funcionamento ininterrupto das Organizações Militares de Saúde.

2.12. Por fim, ressalta-se que a determinação do quantitativo a ser adquirido foi obtida levando em consideração o histórico de consumo da OMS, as memórias de cálculos e certames anteriores, garantindo assim a eficácia e vantajosidade da contratação em regime de fornecimento contínuo.

Da Vigência da Contratação

2.13. A contratação plurianual, prorrogável por até 10 anos, para aquisição em regime de fornecimento contínuo, prevista no Art. 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, traz vantagens econômicas à Administração Pública, como preços mais competitivos devido à previsibilidade e volume contínuo.

2.14. Esse modelo diminui custos administrativos ao reduzir a frequência de licitações, otimizando recursos e tempo. Também garante segurança no fornecimento, evitando interrupções que comprometam as atividades das Organizações Militares de Saúde.

2.15. Lém disso, esse modelo garante estabilidade no abastecimento, assegurando a continuidade dos serviços essenciais, fortalecendo a eficiência e eficácia no atendimento às demandas de saúde, beneficiando a gestão pública como um todo.

Da Prorrogação da Ata e dos Quantitativos

2.16. A previsão da prorrogação da Ata de Registro de Preços, conforme o artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e a possibilidade de renovação dos quantitativos, com base no Enunciado nº 42 do CJP, traz diversos benefícios à Administração Pública. Em primeiro lugar, garante a continuidade e eficiência dos serviços públicos, evitando interrupções que poderiam prejudicar a população. Além disso, reduz custos e otimiza recursos, pois dispensa a necessidade de novos processos licitatórios, permitindo que os recursos sejam realocados para outras prioridades.

2.17. Outro ponto importante é a segurança jurídica proporcionada por essa previsão. Ao seguir diretrizes consolidadas, como as do Enunciado nº 42 do CJP, a Administração Pública minimiza riscos de litígios e assegura decisões alinhadas com o entendimento jurídico atual. A flexibilidade na gestão de contratos também é um benefício significativo, pois permite ajustes nos quantitativos conforme a demanda real, sem a burocracia de novas licitações.

2.18. Logo, a prorrogação da Ata de Registro de Preços contribui para o cumprimento de prazos e metas, especialmente em projetos de longo prazo, e reforça a transparência e o controle na gestão pública. Em síntese, essa medida promove eficiência, economia, segurança jurídica e flexibilidade, fortalecendo a capacidade da Administração Pública de atender às necessidades da sociedade de forma ágil e responsável.

Da Remessa e-CJU/Aquisições

2.19. Por fim, cumpre ressaltar que o caso se amolda à MJR 03/2024, e ao Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União, conforme exigência da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, sendo juridicamente possível dar prosseguimento ao processo, sem submeter os autos à e-CJU/Aquisições, consoante Orientação Normativa nº 55, do Advogado-Geral da União.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ODONTOCLÍNICA CENTRAL DO EXÉRCITO	EDEGART LUIZ GONÇALVES PEREIRA - Cel

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

4.2. As empresas participantes devem se ater aos requisitos especificados no Edital em sua totalidade, incluindo o Termo de Referência para que não haja a interrupção da cadeia de suprimentos e impactando no atendimento dos pacientes.

4.3. Os produtos cotados deverão ser superior, similar ou equivalentes à marca de referência quando divulgada na descrição do item.

4.4. A empresa contratada deverá apresentar o seguinte documento: Certificado de Regularidade da Empresa e do Responsável Técnico no Conselho.

4.5. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, quantidade e prazo de garantia ou validade;

4.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.7. Deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber;

4.8. A Contratada vencedora deverá respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e sobre Resíduos Sólidos, além de estar alinhada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010.

4.9. A licitante deverá apresentar catálogo ilustrativo e técnico, preferencialmente com imagens dos produtos para avaliação da conformidade do produto com o termo de referência. Neste catálogo deve constar o modelo/código do produto ofertado.

Requisitos legais a serem observados

4.10. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360 de 1976 e Decreto nº 8.077 de 2013.

4.11. Conforme o art. 1º da Lei nº 6360/1976 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros.

4.12. O art.7º do Decreto nº 8.077/2013 determina que os produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 1976, devem ser registrados na ANVISA. O controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, em todo o território nacional, rege-se pela Lei nº 5.991/1973 que em seu art. 2º prevê que as suas disposições abrangem as unidades congêneres que integram o serviço público civil e militar da administração direta e indireta, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios e demais entidades paraestatais, no que concerne aos conceitos, definições e responsabilidade técnica.

4.13. De acordo com o art. 2º, II e III, da RDC nº 16/2014 da ANVISA, a Autorização de Funcionamento (AFE) é o ato de competência da ANVISA, contendo autorização para o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, concedido mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da RDC 16 e a Autorização Especial (AE) é o ato de competência da ANVISA que autoriza o exercício de atividades que envolvem insumos farmacêuticos, medicamentos e substâncias sujeitas a controle especial, bem como o cultivo de plantas que possam originar substâncias sujeitas a controle especial, mediante comprovação de requisitos técnicos e administrativos específicos, constantes da RDC 16.

4.14. RDC nº 497, de 20 de maio de 2021 da ANVISA estabelece em seu art. 3º, inciso III, que a certificado de boas práticas de fabricação (CBPF) é o documento emitido pela Anvisa atestando que determinado estabelecimento cumpre com as Boas Práticas de Fabricação dispostas na legislação em vigor.

4.15. Conforme a RDC nº 81, de 5 de novembro de 2008 - Detentor do Documento de Regularização do Produto na Anvisa é a designação dada ao titular do registro, do cadastro, da autorização de modelo, do comunicado, da notificação ou do protocolo pertinente do bem ou produto perante a ANVISA.

4.16. Pela Portaria nº 384, de 18 de dezembro de 2020, do INMETRO, art. 1º, ficam aprovados os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II.

4.17. Consoante o art. 1º, § 2º da Portaria 384/2020 os Requisitos são aplicáveis a equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e a equipamentos com finalidade de embelezamento e estética.

4.18. Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. (§ 3º da Portaria 384) Nos termos do §4º do art. 1º da Portaria 384, de 2020, cabe à ANVISA a definição quanto à exigência de caráter compulsório da certificação.

4.19. A IN ANVISA Nº 116, de 2021, lista, no seu Anexo I, normas técnicas a serem adotadas na certificação de conformidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), dos equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária. Essas normas definem requisitos gerais para segurança básica e desempenho essencial, e serão compulsórias a todos os equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária que estejam dentro dos seus campos de aplicação. Portanto, trata-se de requisito compulsório, que exigirá que os equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária (com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos) estejam todos com a etiqueta compulsória do INMETRO (Selo de Identificação da Conformidade). Esses produtos não podem ser comercializados sem a etiqueta do INMETRO. Ou seja, a etiqueta do INMETRO no produto será obrigatória.

4.20. Nos casos de importação de medicamento feita por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento na Anvisa, além da exigência do AFE, é necessária a Declaração do Detentor de Registro – DDR. Por meio dessa declaração, a empresa detentora da regularização do produto autoriza uma outra empresa a realizar a atividade exclusiva de importação terceirizada (RDC 81/2008).

4.21. Na importação de medicamento, a RDC 203/2017, com destaque aos arts. 3º a 5º, dispõe sobre a excepcionalidade de importar produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa nas hipóteses que especifica. Efetuar verificação técnica em relação à participação de empresas estrangeiras sem registro na Anvisa nos termos da RDC 203/2017. (ACÓRDÃO nº 242 /2023 - Plenário - TCU). Como se trata de hipótese reconhecida como excepcional na referida RDC e depende de análise técnica e não jurídica para sua configuração, optou-se por não incluir previsão genérica no tópico “Providência a ser adotada.

4.22. Conforme o site do INMETRO as certificações voluntárias são aquelas em que a empresa define se deve ou não certificar o seu produto, e acordo com o disposto em uma norma técnica, partir dos benefícios que identifique que essa certificação pode trazer ao seu negócio. As certificações compulsórias são aquelas em que um regulamento determina que a empresa só pode produzir/comercializar um produto depois que ele estiver certificado. Nesse caso, uma portaria do Inmetro define os requisitos obrigatórios a serem seguidos por todas as empresas que produzam um determinado produto, bem como os prazos que a empresa terá para se adequar ao regulamento. Nos casos em que a certificação é voluntária, não havendo obrigatoriedade, o TCU tem entendido que não pode ser exigida a certificação do INMETRO, sendo possível a comprovação dos requisitos técnicos por outros meios (Acórdão 445/2016-TCU-Plenário) e que podem ser aceitas certificações equivalentes, emitidas por entidades que possuam acordo de reconhecimento mútuo com o INMETRO (Acórdão 337/2021- TCU- Plenário). Para os produtos de higiene, cosméticos e perfumes o art. 34 da RDC 752, de 19 de setembro de 2022 estabelece quais os grupos de produtos sujeitos a registro na ANVISA.

4.23. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021

4.24. Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

4.25. Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA;

4.26. A Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente (verificar e indicar a legislação estadual ou municipal incidente).

4.27. A contratada deverá apresentar a Declaração do Detentor de Registro (DDR), na forma da RDC 81, de 5 de novembro de 2018 e RDC 103, de 31 de agosto de 2016, quando for o caso de importação de medicamento feita por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento na Anvisa.

Da sustentabilidade

4.28. Conforme prescreve o art. 16 do Decreto nº 7.746, de 2012, os órgãos da administração pública federal devem elaborar o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS e este servirá de base para a confecção dos Estudos Técnicos Preliminares.

4.29. Em razão deste Órgão não possuir PGLS, ratifica-se que, em contrapartida, a presente contratação encontra-se alinhada com a Diretriz do Programa de Conformidade Ambiental do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro. (EB50-D-04.007), aprovada pela Portaria nº 055-DEC, de 31 de agosto de 2018.

4.30. O art. 2º do Decreto nº 7.746/2012, com redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017, estabelece que na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal adotará critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios.

4.31. A Contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, como também observar as práticas de proteção do meio ambiente previstas nas Leis nº 6.938/1981 e nº 12.187/2009, e as disposições estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (4ª Edição) da Advocacia-Geral da União (AGU).

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado foi realizado no contexto do Planejamento Anual da Odontoclínica Central do Exército, ou seja, os itens da pretensa aquisição passaram pelo planejamento prévio interno até obter a aprovação dos itens que compõem o presente estudo técnico preliminar.

5.2. O Tribunal de Contas da União em relação ao levantamento de mercado orienta o seguinte:

"Com base nos requisitos definidos, deve ser feito levantamento para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização." (<https://www.tcu.gov.br/arquivosrca/001.003.009.032.htm>)

5.3. Dessa forma, considerando o contexto do Planejamento Anual da Contratação da OCEX, configura-se a hipótese plenamente viável do Sistema de Registro de Preço, uma vez que são aquisições reiteradas, conforme art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5.4. Outrossim, a pretensa contratação considerou a memória das contratações anteriores para determinação das quantidades fixadas no Termo de Referência.

5.5. Por conseguinte, fica demonstrado o criterioso levantamento de mercado adotado para execução do Planejamento Anual Contratações.

6. Descrição da solução como um todo

Introdução

6.1. Norteada pelos princípios da eficiência e competitividade, esta Equipe de Planejamento buscou, através da especificação dos itens, ater-se às características vitais do objeto, sem as quais não poderá ser atendida a necessidade da Administração, evitando-se, por outro lado, a inserção de detalhes demasiadamente pormenorizados e considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

6.2. Para a presente demanda, esta Equipe de Planejamento concluiu que a melhor solução é a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento "menor preço", uma vez que os bens a serem adquiridos podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. (Lei 14.133, Art. 6º, XIII e XLI).

6.3. Outrossim, a contratação adotará o Sistema de Registro de Preços, tendo em vista o franqueamento da possibilidade de participação de outras Organizações Militares do Exército Brasileiro, conforme art. 84 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

6.4. Com o objetivo de identificar e padronizar os termos que serão utilizados no relacionamento CONTRATANTE /CONTRATADA, os quais visam a aquisição de material permanente, fica estabelecido a adoção dos seguintes critérios:

Da Garantia dos Produtos

6.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.6. O prazo de validade dos bens ofertados não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade recomendado pelo fabricante, contanto a partir da entrega do bem.

Da Entrega do objeto

6.7. O prazo de entrega dos itens é de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da nota de empenho, no seguinte endereço:

- Odontoclínica Central do Exército (OCEX) - R. Moncorvo Filho, 5 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20211-340.

6.8. Os materiais de consumo odontológicos deverão ser entregues no horário das 08:00 às 16:00 horas, de segunda à quinta-feira, e sextas-feiras de 08:00 às 12:00, em dias úteis, acompanhada da nota fiscal, mencionando - se na mesma o nº do empenho.

6.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à contratada, às custas desta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.10. A contratada deverá substituir, em qualquer época, o produto entregue e aceito, desde que fique comprovada a existência de inadequação ao solicitado, somente verificável quando de sua utilização. O prazo para a referida substituição deverá ser de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação feita pela Administração.

6.11. Será obrigatória a comprovação, no momento da entrega do produto, da identidade e qualidade de cada lote, mediante laudo de qualidade emitido pelo fabricante nos termos da legislação sanitária conforme exigências do Art.16, inciso II da Lei 6360/76.

6.12. Os produtos deverão ser transportados e entregues, devidamente acondicionados na temperatura exigida por seu fabricante, sob pena de devolução dos mesmos pela CONTRATANTE e substituição por outro lote, diferente do apresentado inicialmente.

6.13. A CONTRATANTE não receberá os produtos entregues pelas empresas contratadas, caso não estejam em suas embalagens originais, violadas ou em estado de conservação que impossibilitem a sua utilização, ou ainda, com os números de lotes desacompanhados de laudo de controle de qualidade de liberação do lote pelo fabricante.

6.14. Para produtos fabricados no exterior, deverá ser apresentado laudo de controle de qualidade expedido pelo fabricante, em língua portuguesa ou traduzido por tradutor juramentado, inclusive em caso de terceirização do processo produtivo.

6.15. Caso os itens sejam devolvidos pela Administração Pública, a substituição dos mesmos deverá ser realizada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação ao fornecedor registrado.

6.16. A não substituição no prazo de 05 (cinco) dias úteis constitui motivo para cancelamento da Ata de Registro, conforme Art. 28, incisos I, II, III e IV do Decreto n.º 11.462/2023, c/c. Art. 137, inciso I da Lei n.º. 14.133/21. Caberá ao fornecedor arcar com as despesas de embalagem e frete dos itens a serem substituídos.

6.17. Apresentar Comprovação de Capacidade Técnica, que se fará através da apresentação de atestado em nome do licitante emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para o fornecimento em características, quantidades, prazos e valores compatíveis com o objeto deste Pregão. Preferencialmente, o atestado deverá conter o CNPJ da instituição, bem como a identificação e qualificação do signatário.

6.17. Não será necessária a autenticação de documentos técnico-sanitários pertinentes à análise técnica. Os documentos acima relacionados, ou qualquer outro que seja solicitado através deste Edital e seus anexos, podem ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia ou publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda mediante o cotejo da cópia com o original, a ser feita pelo Pregoeiro

6.18. Havendo necessidade de amostras do produto ofertado, as mesmas serão solicitadas ao ofertante que provisoriamente estiver classificado em primeiro lugar para a verificação da compatibilidade com as especificações desse Termo de Referência e consequente aceitação da proposta, no local e prazo indicado no edital.

6.19. Deverão ser entregues na Odontoclínica Central do Exército, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação.

6.20. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, sua marca, número da licitação, dados da empresa, do processo de compra a qual pertence e qual item representa no processo, além de estar devidamente acondicionada segundo orientações do fabricante.

6.21. No momento da entrega o material deve estar acondicionado adequadamente e na embalagem original.

6.22. Não será aceito material com especificação ou marca diferente daquela ofertada e aceita na licitação.

6.23. Não será aceito produto com embalagem amassada, estufada, enferrujada, trincada, com furo ou vazamento, rasgadas, aberta ou com outro tipo de defeito.

6.24. Visando atender as orientações constantes do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, do Núcleo Especializado Sustentabilidade, Licitações e Contratos (NESLIC), deverá atender a seguinte especificação: Nos termos do Decreto n.º 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA n.º 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

6.25. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

6.26. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária - Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento)

6.27. Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes).

Normas e regulamentações do material a ser adquirido e fornecido:

6.28. Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda cumprir as exigências normativas para a sua fabricação, importação, comercialização e materiais especiais que encontram reguladas pelas seguintes legislações:

6.29. RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 185, DE 22 DE OUTUBRO DE 2001 - Regulamento Técnico que trata do registro, alteração, revalidação e cancelamento do registro de produtos médicos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e suas alterações;

6.30. O item deverá conter na embalagem do produto, individualmente, o nome, a data de fabricação, a validade do mesmo e o número do lote, conforme Legislação Sanitária vigente da divisão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde, quando for o caso.

6.31. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, segundo os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas para o planejamento anual da Odontocínica Central do Exército (OCEx) foi cuidadosamente elaborada com base em uma análise detalhada e sistemática das informações disponíveis. O processo de estimativa começou com a revisão dos consumos anteriores da instituição, utilizando memórias de cálculo e dados de pregões passados. Essa abordagem permitiu compreender os padrões de consumo e ajustar as previsões conforme as variações observadas ao longo dos anos.

7.2. Os dados obtidos dos pregões anteriores foram fundamentais para a formulação das estimativas. Eles forneceram *insights* sobre as quantidades contratadas e os consumos reais, possibilitando a identificação de tendências e a adaptação das previsões para atender de forma precisa às necessidades da OMS. Além disso, a materialização das quantidades estimadas está detalhada no documento de formalização da demanda, que acompanha este Estudo Técnico Preliminar. Este documento reflete uma análise minuciosa das necessidades da instituição, alinhando os dados históricos com as previsões para o próximo período.

7.3. O planejamento anual da OCEx também desempenhou um papel crucial na definição das quantidades a serem contratadas. O planejamento estratégico da OMS, que considera a capacidade de fornecimento e o orçamento disponível, orientou a formulação das estimativas para garantir que as necessidades de consumo fossem atendidas de maneira eficaz e eficiente. Combinando esses diversos elementos, a estimativa das quantidades visa assegurar um fornecimento adequado e um gerenciamento eficiente dos recursos da OMS.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 747.017,58

O valor estimado da contratação é de: R\$ 747.017,58 (setecentos e quarenta e sete mil, dezessete reais e cinquenta e oito centavos), conforme Relatório da Pesquisa de Preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A contratação em tela deverá ser dividida por itens, tendo em vista a divisibilidade do objeto.

9.2. Nessa toada, pelo fato da aquisição tratar de produtos distintos, denota-se que o parcelamento do objeto não traz nenhum prejuízo para a Administração Pública.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas/interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A presente aquisição, no contexto do planejamento anual para o ano de 2025, apresenta benefícios cruciais que impactam diretamente a qualidade e a eficiência dos serviços de saúde prestados. Em primeiro lugar, a inclusão dos itens no planejamento anual garante que a OMS possa antecipar e atender às necessidades de tratamento de forma mais eficiente e sistemática. Através de uma abordagem planejada, é possível assegurar que o estoque esteja alinhado com a demanda projetada para o próximo ano, evitando tanto a escassez quanto o excesso de produtos.

12.2. Além disso, ao integrar a contratação de materiais no planejamento anual, a OMS se beneficia da oportunidade de negociar contratos com fornecedores em condições mais favoráveis. O planejamento antecipado permite à unidade de saúde explorar opções de compra a preços mais competitivos e com melhores condições de fornecimento, o que contribui para a redução de custos e para a otimização do orçamento destinado à aquisição de medicamentos. Esse gerenciamento financeiro mais eficaz é fundamental para garantir que os recursos sejam usados de maneira prudente e estratégica.

12.3. A implementação do planejamento anual também possibilita uma melhor coordenação entre os diferentes setores da OMS, como a administração de suprimentos e o departamento de farmácia. Com a contratação de medicamentos planejada com antecedência, é possível garantir que todos os setores envolvidos estejam preparados para lidar com as necessidades emergentes de forma organizada e coordenada. Isso minimiza a probabilidade de falhas na gestão do estoque e assegura uma resposta mais rápida a qualquer situação imprevista que possa surgir ao longo do ano.

12.4. Outra vantagem importante do planejamento anual é a capacidade de alinhar a presente aquisição com os objetivos estratégicos da OMS para 2025. Através de um planejamento bem estruturado, a OMS pode identificar e priorizar os itens que são críticos para o tratamento das condições mais prevalentes entre seus pacientes, ajustando suas aquisições para refletir as necessidades específicas da população atendida. Isso permite a implementação de estratégias de tratamento mais eficazes e centradas no paciente.

12.5. O planejamento também contribui para a conformidade regulatória, uma vez que garante que a OMS esteja sempre atualizada com as diretrizes e normas vigentes. A antecipação das necessidades para o ano de 2025 permite à Organização de Saúde alinhar seus processos de aquisição de medicamentos com as exigências legais e regulatórias, reduzindo o risco de não conformidades e assegurando que todos os procedimentos sejam realizados de acordo com as melhores práticas do setor.

12.6. Por último, a presente contratação dentro do planejamento anual para 2025 proporciona um ambiente de trabalho mais estável e eficiente para os profissionais de saúde. Com a certeza de que os materiais necessários estarão disponíveis, os médicos, enfermeiros e dentistas podem se concentrar integralmente no cuidado ao paciente e no aprimoramento dos tratamentos oferecidos, resultando em um atendimento de maior qualidade e satisfação para todos os envolvidos.

12.7. Em resumo, a contratação de materiais odontológicos, inserida no planejamento anual para 2025, oferece uma série de benefícios estratégicos e operacionais que são essenciais para a eficácia e a sustentabilidade dos serviços prestados pela OMS. Através de uma abordagem planejada e antecipada, é possível otimizar os recursos, melhorar a qualidade do atendimento, e garantir uma gestão mais eficiente e alinhada com os objetivos da instituição.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Elaboração dos demais documentos pertinentes ao processo licitatório, com a devida definição do objeto e termos da contratação para realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, e critério de julgamento "menor preço", pelo **Sistema de Registro de Preços**, para a presente aquisição.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

14.2. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma.

14.3. A contratada deverá empregar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

14.4. O descarte de peças e materiais devem estar em observância à política de responsabilidade socioambiental do órgão.

14.5. Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI /MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

14.6. Conforme o art. 1º da Lei nº 6360/1976 ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, definidos na Lei nº 5.991, de 1973, bem como os produtos de higiene, os cosméticos, perfumes, saneantes domissanitários, produtos destinados à correção estética e outros.

14.7. Pelo teor do art. 2º desta mesma lei, somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art. 1º - as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.

14.8. Nos termos do art. 2º do Decreto nº 8.077/2013 o exercício de atividades relacionadas aos produtos referidos no art. 1º da Lei nº 6.360, de 1976, dependerá de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e de licenciamento dos estabelecimentos pelo órgão competente de saúde dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, observados os requisitos técnicos definidos em regulamento desses órgãos.

14.9. Conforme prescreve o art. 16 do Decreto nº 7.746, de 2012, os órgãos da administração pública federal devem elaborar o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS e este servirá de base para a confecção dos Estudos Técnicos Preliminares.

14.10. Em razão deste Órgão não possuir PGLS, ratifica-se que, em contrapartida, a presente contratação encontra-se alinhada com a Diretriz do Programa de Conformidade Ambiental do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro. (EB50-D-04.007), aprovada pela Portaria nº 055-DEC, de 31 de agosto de 2018.

14.11. O art. 2º do Decreto nº 7.746/2012, com redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017, estabelece que na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal adotará critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios.

14.12. A Contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, como também observar as práticas de proteção do meio ambiente previstas nas Leis nº 6.938/1981 e nº 12.187/2009, e as disposições estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (4ª Edição) da Advocacia-Geral da União (AGU).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

Esta equipe considera a contratação viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DEBORAH HAMMEM ROCHA LIMA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/03/2025 às 08:49:13.

DANIELA FIGUEIREDO DE ARAUJO DA SILVA

Chefe do Almoxarifado



Assinou eletronicamente em 24/03/2025 às 11:14:59.

EDEGART LUIZ GONCALVES PEREIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 24/03/2025 às 16:15:03.

ALAN MARTINS GOMES

Autoridade competente